



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JULIANA PINDI PULULU

**O ENSINO EM LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA: UM ESTUDO DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE
LÍNGUAS E LITERATURAS AFRICANAS (ISCED) EM LUANDA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

JULIANA PINDI PULULU

**O ENSINO EM LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA: UM ESTUDO DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE
LÍNGUAS E LITERATURAS AFRICANAS (ISCED) EM LUANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucilene Rezende Alcanfor.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

JULIANA PINDI PULULU

**O ENSINO EM LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA: UM ESTUDO DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE
LÍNGUAS E LITERATURAS AFRICANAS (ISCED) EM LUANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 03/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucilene Rezende Alcanfor (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Mille Caroline Rodrigues Fernandes

Universidade de São Paulo - USP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	HIPÓTESE E PROBLEMA DE PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
4	REFERENCIAL TEÓRICO	9
4.1	HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE LÍNGUAS E LITERATURAS AFRICANAS	9
4.2	PERFIL DE ENTRADA E SAÍDA	11
4.3	PROFESSORES DO DEPARTAMENTO	13
5	METODOLOGIA DA PESQUISA	20
6	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

No presente projeto de pesquisa investigaremos de que maneira ocorre o processo de formação de professores de ensino em línguas nacionais no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED e os desafios enfrentados pelos estudantes egressos para atuarem no ensino em línguas nacionais.

As motivações para a escolha do tema, foram pelo fato de ter constatado, em uma escola onde trabalhei como professora do ensino primário, que alguns alunos não tinham o domínio da língua de ensino que é o português, mas falavam uma língua nacional. Fato que achei muito inquietante. No entanto, Ndombele (2017, p.86) sugere que “As instruções na sala de aula poderiam ser dadas em ambas línguas de maneira simultânea e, nas classes subsequentes, as instruções poderiam ser dadas primeiro na língua materna em que o aluno é ensinado, até ser capaz de usar a língua portuguesa como um meio de aprendizado”.

Chicumba (2019, p. 62) aborda que, face ao contexto de bilinguismo, a melhor via para ensinar e prevenir o fracasso escolar, que advém da incapacidade de interpretação da língua de ensino, primeiramente é preciso que a criança se adapte com a matéria da escola na sua língua materna, e gradualmente, fazer a transição do conteúdo para a segunda língua.

O interesse pela temática também se justifica por minha experiência pessoal. Por ser falante de umas das línguas nacionais, mediante experiências desafiadoras que passei por ser residente em uma zona rural, onde minha língua primeira era o kikongo, fui inserida em uma realidade que me vi obrigada a aprender a língua portuguesa, por serem experiências que marcaram minha trajetória de vida. Como resultado várias vezes eu me calava, por conta do preconceito que sofria por ser falante da língua kikongo.

Minha trajetória de formação foi marcada por algumas debilidades na disciplina de língua portuguesa, porque eu tinha que fazer sempre dois esforços, aprender uma segunda língua e os conteúdos na língua portuguesa. E ainda tinha que enfrentar o preconceito que os colegas e a vizinhança tinham por eu ser falante de uma língua nacional e sentia-me envergonhada por falar a minha língua perante as pessoas.

É relevante realizar a seguinte pesquisa, pois contribuirá na compreensão de como a questão da imposição de uma segunda língua pode interferir no processo de alfabetização das crianças que vivem em uma sociedade com diversidade linguística que, em muitos casos, não dominam ou não falam a língua de ensino. Terá também uma contribuição importante para as instituições de ensino, pois servirá como tema reflexivo para pensarmos na possibilidade de uma educação mais contextualizada em termos de língua na elaboração de manuais de didáticos

que se aproxima da realidade linguística dos alunos, e na importância de se formar docentes capacitados para atuar em contextos de diversidade linguística. E por outro lado, para mostrar que o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas têm evidenciado esforços para formar professores que possam atuar em um ensino bilíngue para que a educação angolana seja mais inclusiva. Em suas pesquisas Fernando (2020, p.190) constata que:

O maior número de reprovação em língua portuguesa se dá devido às inadequadas políticas de implementação da língua de ensino e de formação de professores, nas classes iniciais da escolarização. Fontes de estudos revelam que as habilidades das crianças aprenderem uma segunda língua não é diferente quando a sua língua materna é a língua de ensino nos seus primeiros anos de escolarização.

É de extrema importância a implementação das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola pelo fato de haver no país alunos que não dominam a língua portuguesa, tida como a única oficial e de uso nas instituições escolares. A Constituição da República (2010) e as demais legislações não aprovam a utilização oficial de outras línguas no ensino, além do português, uma situação que tem causado marginalização das línguas locais e das culturas angolanas, tornando-as completamente desfavorecidas. Por outro lado, penso que os programas para a contratação de novos professores na função pública não incluem vagas para profissionais formados no ensino das línguas nacionais.

Hameso (1997, *apud* Fernando, 2020, p.196) ressalta que se o ensino for ministrado em língua que não é de domínio tanto do professor, como do aluno, constitui-se um fator de embate no que o aluno aprende e o que vivencia no seu dia-dia, desembocando na negação da diversidade linguística e menosprezo para com as línguas locais considerando que quem fala é visto como incivilizado e de baixo nível.

Do ponto de vista linguístico é importante ressaltar que, tal como África do sul, Guiné-Bissau, Nigéria, Moçambique outros países da África. Segundo (Fernando, 2020, p.179) Angola também apresenta uma diversidade linguística com mais de 41 línguas nativas, porém, houve uma obrigação no uso da língua portuguesa, que teve como resultado em fortes mudanças tanto no âmbito linguístico, político, econômico e social. Em função disto, quando se deu a independência, em 1975, os dirigentes de Angola acharam que seria melhor a uniformização da identidade nacional que fosse baseada acima de identidade étnica, em que os diferentes grupos fossem unificados.

Angola tem como língua oficial o português mas possui várias línguas locais designadas por línguas nacionais ou regionais, distribuídas pelas seguintes províncias:
a) Cabinda: povos bakongos com o uso da língua Kikongo variante (fiote); Zaire e

Uíge: povos bakongo, língua Kikongo; c) Malanje, Kwan-za-Norte, Bengo e Luanda: povos ambundu, língua Kimbundu; d) Moxico, Lunda-sul e Lunda Norte: povos Tchokwe, Língua Cokwe; f) Bié, Huambo, Kwanza-sul, Benguela e Namibe: povos ovimbundu; g) Huíla: povo Ovanyaneka-khumbi, língua olunyaneka; h) Kuando-kubango: o povo Ngangela; j) Cunene: povo Ovambo, língua Oshikwanyama; l) Namibe: povos Ovahelelo, língua Oshihelelo (Ndombele, 2017, p.1).

A minha relação com o tema também está interligado ao fato de ter sido estudante do Departamento de LLA, durante três, e testemunhei o esforço que os docentes do Departamento faziam para manter o bom funcionamento do curso, face às situações de preconceito e descaso que as línguas nacionais de Angola sofrem.

E pelo fato de o Departamento de LLA ter servido de auxílio para afirmação da minha herança linguística como angolana, como falante de uma língua nacional, por me permitir falar a minha língua primeira, sem receio de sofrer preconceito, e por me ter aberto a visão de que a minha língua não está limitada apenas ao meu contexto familiar, mas que também pode ser utilizada em outros espaços como escola, serviços administrativos, canais televisivos e outros meios de comunicação.

Meu ingresso no ISCED-Luanda foi um grande desafio, devido ao critério de avaliação que exigia o domínio de uma língua nacional. Tive de realizar uma redação na língua nacional de domínio para minha inserção na universidade. Como a tradução de alguns substantivos, advérbios, frases simples e complexas da língua portuguesa para minha língua primeira e vice versa (Kikongo). O exame oral na língua kikongo se apresentou como um processo interessante e desafiador.

2 HIPÓTESE E PROBLEMA DE PESQUISA

De que maneira ocorre o processo de formação de professores em línguas nacionais no Departamento de Ensino de Línguas e Literaturas Africanas (ISCED-LUANDA) e quais os desafios enfrentados pelos egressos para atuarem na sua área de formação?

Os casos frequentes de alunos que estão inseridos no sistema de educação mesmo não tendo o domínio da língua de ensino que é o português, que muitas vezes são provenientes de áreas rurais e não apenas e que muitos deles não tem a língua oficial como língua primeira, fazendo com que tenha casos frequentes de desistência e um número considerável de reprovação.

Sendo que o Departamento de Ensino de Línguas e Literaturas Africanas forma estudantes para atuarem como professores em línguas nacionais, pelo contrário o que se constata é que, esses professores não estão inseridos nas escolas atualmente, por outro lado, alguns estão atuando como professores de língua Portuguesa.

Por isso formulamos as seguintes questões:

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Investigar de que maneira ocorre o processo de formação de professores de ensino em línguas nacionais no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED).

3.2 ESPECÍFICOS

- Problematizar acerca das políticas públicas e do projeto de “Estado-nação” angolana na implementação do ensino em línguas nacionais e os seus impactos no projeto educacional do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas (DLA) e consequentemente na formação docente.
- Analisar de que maneira o processo de formação de professores em línguas nacionais no Departamento de Ensino de Línguas e Literaturas Africanas (ISCED-LUANDA) está estruturado, principalmente ao que se refere a estrutura em que os egressos atuarão.
- Identificar os desafios enfrentados pelos/as professores/as de línguas nacionais no ensino Angolano ao saírem dos curso de Licenciatura em Línguas e Literaturas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE LÍNGUAS E LITERATURAS AFRICANAS

O Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) foi fundado em 12 de maio de 2009, trata-se de uma instituição de ensino pública que esteve vinculada à Universidade Agostinho Neto e posteriormente se tornou autônoma através das reformas ocorridas no ensino superior em 2008 e 2009. Sua missão é formar professores, gestores escolares e outros profissionais da educação e da investigação científica. Está localizado no município de Belas, uma Província de Luanda-Angola, na centralidade do Kilamba e na Avenida Imperial Santana, no quarteirão A.

Figura 1 - Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED)



Fonte: Alta Política. Disponível em: <https://www.altapolitica.net/isced-luanda-deixa-cair-regime-pos-laboral-e-fecha-curso-de-sociologia/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

O Departamento de Ensino Línguas e Literaturas Africanas (DLLA) do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda foi criado em 2004 sua existência se dá antes da reforma que tornou o ISCED-LUANDA em uma instituição autônoma. Fazendo com que o Departamento se tornasse parte do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED, 2023), órgão “[...] pioneiro no ensino e investigação de línguas e literaturas africanas em Angola, o DLLA está comprometido através do ensino a promoção e valorização das línguas e literaturas

africanas, escrita e oral, a cultura africana, o multilinguismo e o multiculturalismo” (ISCED, 2023).

O DLLA visa alcançar o status de centro de investigação de referência na promoção e valorização das línguas nacionais de origem africana, buscam tirá-las aos poucos da condição de línguas de tradição oral para línguas de tradição escrita (ISCED, 2023).

De acordo com o site do ISCED¹, quanto ao apoio à atividade docente-educativa, o DLLA considera que é necessário promover e desenvolver as línguas africanas de Angola pois essas ocupam o status de patrimônio histórico-cultural do país, e a inserção dessas no sistema educativo é um caminho a seguir. Como forma de atender esses objetivos o DLLA forma profissionais para atuarem na área da educação e seus profissionais podem ser empregados no contexto da Reforma Educacional no âmbito do projeto Inovação no Ensino de Leitura (IEL-Angola), concebido pelo Ministério da Educação. Considera-se, nesse âmbito de formação, que seus profissionais saem habilitados e com suficiente conhecimento científico sobre línguas africanas, bem como de literaturas africanas de Angola e de outras regiões.

Com o objetivo de alcançar esse propósito, o DLLA estabelece princípios fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, na esfera acadêmica, na pesquisa e na liderança. Esses valores são delineados da seguinte maneira: proporcionar o respeito mútuo e valorizar a produção intelectual; assumir a responsabilidade pela integridade acadêmica, estando preparado para enfrentar os desafios da globalização e do multiculturalismo; incentivar a criatividade, o pensamento crítico, o espírito de pesquisa e o reconhecimento do mérito por meio da excelência fundamentada na criatividade e inovação; destacar a unidade na diversidade e a singularidade da nação angolana, baseando-se no compromisso com o multiculturalismo.

Um número considerável da população angolana, principalmente as que vivem em zonas rurais, têm as línguas Bantu e Khoisan como materna e quando há interação com os falantes do português ocorre interferência, por conta dos conhecimentos linguísticos que os professores de língua portuguesa devem levar em conta para que houvesse sucesso na aquisição das regras porque todas línguas tem regras (Pedro; Katala; Timbane, 2022, p. 540). Segundo os autores:

O professor desde cedo deve perceber que o aluno passando mais tempo fora da escola tem mais facilidade de absorver o hábito linguístico do seu meio em relação aos ensinados na própria sala de aula, por essa razão é que ao ensinar qualquer assunto, deve-se saber intercalar essas duas realidades, trazer a realidade de fora para sala escola trabalha-la dentro da sala de aula, e não inculcar ao aluno um conjunto de regras gramaticais para levá-los fora da sala de aula, como se tais regras constituíssem a

¹ Disponível em: <https://isced.ed.ao/departamento-de-literaturas-africanas/>

condição *sine qua non* para se conseguir ter sucesso na vida profissional (Pedro; Katala; Timbane, 2022, p. 542).

É certo que o processo de ensino-aprendizagem é complicado e desafiador. Que com passar dos 12 anos de aprendizagem da língua portuguesa, mesmo com alguns anos de graduação e pós-graduação, poucos alunos conseguem ter o domínio da gramática desde a primeira até a última página, pois ela não é de uso diário, por ser utilizada apenas em momentos específicos na vida profissional. Sendo assim, um relatório apresentado pelo Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto mostra que 76,3% dos graduandos cometem inúmeros desvios da norma padrão (Pedro; Katala; Timbane, 2022, p. 542).

O Departamento elaborou estratégias para cumprir sua missão, incluindo a garantia de programas educacionais de qualidade, promoção da pesquisa em línguas e literaturas africanas, desenvolvimento de teorias de ensino, garantia de pesquisa e respeito ao multilinguismo e multiculturalismo. Além disso, busca facilitar o acesso à informação e formação técnico-científica, promover a participação cidadã e formar recursos humanos em níveis de graduação e pós-graduação no ensino de línguas e literaturas africanas, impulsionando o ensino e a pesquisa nessas áreas (ISCED, 2023).

Nesta instituição são ofertados os seguintes cursos: Ensino Primário, Educação de Infância, Ensino de Matemática, Letras Modernas, Ensino de História, Ensino de Língua Portuguesa, e Ensino de Línguas e Literaturas Africanas.

4.2 PERFIL DE ENTRADA E SAÍDA

É esperado que os candidatos ao curso de Línguas e Literaturas Africanas atendam aos seguintes requisitos: demonstrar proficiência na fala e escrita tanto em língua Portuguesa quanto em uma das quatro línguas ministradas no Departamento, que são o Kimbundu, Kikongo, Umbundu e Cokwe. Além disso, é necessário ter concluído o ensino médio ou pré-universitário em letras, ciências sociais ou áreas afins (ISCED, 2023).

Após a conclusão do curso de Línguas e Literaturas Africanas, os formados têm oportunidades de atuação em diversas áreas, como o ensino de línguas em diferentes níveis e instituições culturais, tradução e interpretação, pesquisa no âmbito das línguas e tradições orais e escritas, e dinamização de atividades em museus, centros culturais, casas de cultura, entre outros. Suas áreas de atuação abrangem os campos de culturas, ensino, línguas e literaturas.

Durante um período de quatro anos de formação, os estudantes adquirem vários conhecimentos relacionados ao curso, que os capacitam como profissionais em ciências de Educação, especificamente para o ensino em línguas nacionais, tal como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 1 - Estrutura curricular

Área de conhecimento
• Culturas • Ensino • Línguas • Literaturas
Cadeiras nucleares
• Didáticas das Línguas Africanas I e II • Estudo Prático e Teórico de uma Língua • Estudos Contrastivos PL/Lafs • Fonética e Fonologia das Lafs • História das Instituições Tradicionais • Introdução à Linguística Africana • Literaturas Oraís e Escritas • Morfossintaxe das Lafs • Prática Pedagógica I e II
Cadeiras profissionalizantes
• Desenvolvimento Curricular • Didática Geral • Inspeção Escolar • Linguística Aplicada a Línguas Africanas • Metodologia de Formação Científica Aplicada em Línguas • Organização e Gestão Escolar • Pedagogia Geral • Psicologia do Desenvolvimento • Psicologia Pedagógica • Tradutologia
Cadeiras complementares

• Estatística Aplicada • História de Angola • Introdução aos Estudos Literários • Língua de Opção I e II • Pesquisa Científica • Português I e II • Psicologia Geral • Sociolinguística • Sociologia Geral	
Cadeiras precedentes	
A matrícula em:	Depende da aprovação em:
1. Morfossintaxe das Lafs 2. Didática Geral 3. Psicologia do Desenvolvimento 4. Sociologia da Educação 5. Língua de Opção II 6. Didática das Lafs II 7. Prática Docente II 8. Estudo Prático de uma Língua 9. Literatura Africana/Angolana 10. Português II 11. Metodologia de Investigação em Línguas	1. Fonética e Fonologia das Lafs 2. Pedagogia Geral 3. Psicologia Geral 4. Sociologia 5. Língua de Opção I 6. Didática das Lafs I 7. Prática Docente I 8. Estudo Teórico de uma Língua 9. Introdução aos Estudos Literários 10. Português I 11. Introdução a Pesquisa Científica

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados do site do ISCED. Disponível em:

<https://isced.ed.ao/departamento-de-literaturas-africanas/>,

4.3 PROFESSORES DO DEPARTAMENTO

O Departamento de Línguas e Literaturas Africanas (DLA) foi criado por um grupo de professores angolanos, conforme visualizamos no quadro 2.

Quadro 2 - Professores do DLLA

Professor Zavoni Ntondo 	É Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Lumière-Lyon 2 (França) e Professor Titular do ISCED/Luanda. Leciona as cadeiras de Linguística Africana, Linguística Bantu, Estudos Práticos de uma língua africana, Estudos Teórico de uma língua africana, é o fundador e foi Chefe do Departamento de Línguas e Literatura Africanas de 2004 a 2010 e Vice – Decano para área Científica e Pós-Graduação do ISCED/Luanda de 2006 a 2010. Também foi Diretor Nacional de Instituto de Línguas de 1999 a 2002. Presidente de Júri do Prémio Nacional de Cultura e Arte 2010 e 2011. Atualmente é o Presidente do Conselho Científico do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas. Autor do livro Morfologia e sintaxe do Ngangela e coautor do livro Angola: Povos e línguas.
Professor Kuntondi Makuntima 	É Mestre em Ensino da Língua Inglesa pela Thames Valley University/Londres e Professor Auxiliar do ISCED/Luanda. Com vasta experiência no campo de ensino de línguas e literaturas e na tradução de Kikongo para Português, Francês, Inglês e vice-versa. É coautor dos atuais manuais de língua Inglesa da 10ª, 11ª e 12ª série é autor de vários artigos científicos e tem uma participação em conferências nacionais e internacionais. A sua área de interesse inclui linguística contrastiva e a tradutologia.

Professor Francisco Mpaka 	É licenciado em ensino da língua Francesa e Assistente Estagiário do ISCED/Luanda. Leciona as cadeiras de Didática das línguas africanas e Práticas Pedagógicas. É mestrando no ISCED/Luanda. A sua área de pesquisa é Didática de Francês Língua Estrangeira e Engenharia de Formação. Já apresentou comunicações nas conferências nacionais tais como: A didática e as práticas docentes face ao ensino das línguas nacionais como meio e material do ensino, no Huambo e as línguas nacionais ontem hoje e amanhã, no Uíge.
Professor Mbiavanga Fernando 	É Mestre em Linguística Africana pela Universidade de África do Sul (UNISA) e candidato ao grau científico de Doutor na Universidade de Stellenbosch, África do Sul. Na sua pesquisa, estuda as propriedades do significado que permitem verbos de mudança de estado (change of state) e de lugar (change of location) a participarem na alternância – causativa. Ele é Professor Auxiliar do ISCED/Luanda onde lecciona as cadeiras de Introdução aos estudos linguísticos, morfologia e sintaxe de Inglês e de línguas africanas, Teoria (s) de Sintaxe e Estudos contrastivos Laf/Lp. Mbiavanga é o Chefe do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do ISCED/Luanda e é membro de LASU e ALASA, duas Associações profissionais de linguistas e especialistas em línguas. É autor do livro Morfologia e sintaxe dos afixos verbais em Kikongo e tem alguns artigos científicos publicados na área de linguística Africana e de ensino da língua Inglesa e tem várias comunicações apresentadas nas conferências nacionais e internacionais.

As línguas nacionais em Angola tem sido temas de grandes debates. Porque são línguas primeira de um número considerável da população angolana. Porém, o português é a língua oficial de Angola. Mas cabe ao governo proporcionar e dignificar o estudo, ensino e o uso das línguas nacionais (Angola, 2010, p. 9).

Há necessidade de compreender o conceito de língua nacional, língua oficial e língua materna. Assim sendo, o projeto de lei do estatuto das línguas nacionais define língua nacional “a que pertence ao patrimônio cultural de uma comunidade habitando um mesmo espaço geográfico, partilhada ou não com outra comunidade transnacional, qualquer que seja a sua influência geográfica ou sociológica” (Projeto de Lei, 2011, p. 9). Ao passo que a língua oficial é “a língua à qual é conferida o privilégio de utilização no quadro das atividades oficiais, sendo utilizada necessária e obrigatoriamente em todos os órgãos do estado e pelas entidades privadas” (Projeto de Lei, 2011, p. 9); e a língua materna é definida como “aquela que (Língua nacional ou portuguesa) que o indivíduo aprende em primeira instância” (Projeto de Lei, 2011, p. 9). Em concordância com Virginia Cá (2015) que define língua materna como a língua de socialização e que o falante aprende no contexto familiar e ela é aprendida na infância. E a língua oficial é aquela que o estado escolhe como a de uso na legislação, administração, comércio educação e na justiça (Cá, 2015, p. 68).

Segundo a constituição de Angola, (2010) o estado tem o poder de inserir as línguas nacionais no sistema de ensino, entretanto, até hoje essas línguas não estão inseridas nos sistemas de ensino. Essa situação, de certa forma, faz com que essa diversidade linguística vá desaparecendo aos poucos e diminuindo a porcentagem dos seus falantes, pois são utilizadas apenas em contextos familiares e mais nas zonas rurais.

É evidente que a situação de descaso em relação às línguas nacionais afeta decerto forma parte da população angolana que não tem o português como primeira língua. Pois ao solicitarem alguns serviços em Angola eles tem dificuldades para se comunicar na língua oficial se não tive um tradutor que domine uma língua local. Por isso há necessidade de inserção destas línguas nestes sectores como forma de inclusão dos grupos falantes das mesmas.

Durante o processo de colonização os angolanos eram proibidos de falar as suas línguas, pois eram considerados como não civilizados, eram até castigados por se comunicarem nas suas línguas, foi um processo difícil e de grande resistência para preservação da identidade cultural. Assim sendo:

O comissário de Portugal em Angola (Norton de Matos) advogado que as línguas indígenas de Angola, o kimbundu, o Umbundu e tantas outras, apenas lhe interessavam como elemento de estudo da linguística, da evolução social das

comunidades humanas e do desenvolvimento mental da humanidade. O mesmo julgava que essas línguas se obliterassem e desaparecessem de todos, pois ele as considerava como língua dos cães (Ndombele, 2017, p. 75).

Tal fenômeno, de certa forma, fez com que as porcentagens de falantes fossem diminuindo ao longo do tempo. Hodges (2002, apud Fernando, p.183) apresenta dados do ano de 1996 indicando que o português era mais falado por crianças do que pelos adultos. 42% de crianças com menos de nove anos, 34% com 10 a 19 tinham a língua portuguesa como primeira, essa percentagem diminui para 18% nas idades compreendidas dos 20 até 29 anos, e desce para 10% na população com mais 40 anos. Assim sendo:

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2012 indicam que o português passou a ser a língua primeira de 39% dos Angolanos, posicionando-se à frente do Umbundu, com 26% e do Kikongo, com 14%, relevando o Kimbundu para o quarto lugar com apenas 8%. E Os dados do censo populacional, realizado em 2014, mostram que 71,1% dos Angolanos falam o português. O Umbundu é a segunda língua mais falada, com 23%, seguindo-se as línguas Kikongo, com 8,2%, Kimbundu, 7,8% e Cokwe, com 6,5% (Fernando, 2020, p. 183).

Perante a realidade que se constatou em Angola, através dos dados estatísticos apresentados, é válido dizer que Angola é um país multilíngue e muitos dos falantes dessas línguas, bem como da língua portuguesa, aprenderam em contextos informais (Fernando, 2020). Ainda segundo o autor:

Dessa coabitação tem-se verificado o surgimento de uma variedade de português com características muito próprias e com a finalidade de servir as necessidades comunicativas das comunidades que a falam. As línguas locais nas zonas rurais e periurbanas, são maioritariamente, faladas em casa, na família, na igreja e nas dinâmicas do dia-dia (Fernando, 2020, p. 185).

O projeto de lei que aprova as línguas nacionais se consolida como um instrumento que tem como principal objetivo promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico do país. Portanto, é responsabilidade do estado preservar, dar valor, as línguas nacionais de Angola, como veículo de comunicação e identidade nacional, tal como está plasmado na Constituição da República (Angola, 2011, p.2).

Considerando que a constituição da República de Angola prevê como tarefas fundamentais do estado, a proteção, valorização e dignificação das línguas angolanas de origem africana promovendo o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação; convido criar condições objetivas para o reconhecimento do valor e importância das Línguas Nacionais e dos valores culturais e civilizacionais por elas veiculados, nos termos da Lei do património cultural, Lei n.º 14/05 de 7 de Outubro (Angola, 2011, p.8).

Apesar de se aprovar o estatuto de lei para promoção e preservação das línguas nacionais, há certos espaços em que essas mesmas línguas são marginalizadas. Alguns cidadãos que não falam a língua oficial de Angola, ao solicitar serviços públicos, normalmente eles não conseguem se comunicar na sua língua. Lhes é exigido a comunicação na língua oficial. Há uma contradição com o que está plasmado no artigo 4.º da Constituição ao afirmar que “todos os cidadãos podem solicitar que o conteúdo de qualquer ato administrativo seja traduzido na língua nacional que melhor entende quando não domina a utilizada” (Angola, 2011, p.10). Ainda acrescenta que é preciso evidenciar a importância das línguas nacionais como veículo de cultura, instrumento de comunicação, meio de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e econômicas, assim como conferir às mesmas o lugar e a dignidade que lhes cabe no país, na medida em que resulte do esforço de adaptação do nosso povo aos diferentes processos históricos do país. (Angola, 2011, p. 2).

No entanto, Pedro, Katala e Timbane (2022, p. 539) destacam que, mesmo sendo o português, em contexto angolano, a língua de “unidade nacional”, consagrada pela Constituição da República de Angola (Angola, 2011) em seu artigo 19º, não fica explícito qual variedade linguística se deve usar, seja variedade europeia, brasileira ou outra. No entanto, afirmam que “estamos cientes do fato de que em Angola não se fala português como em outros espaços lusófonos. Sendo assim, o que deveria se ensinar seria a variedade local, tal como Portugal e Brasil o fazem com maior responsabilidade”.

De todo modo, o que o estado angolano afirma até hoje, em relação às línguas nacionais, que o texto da lei não se aplica na prática, pois a minoria não dominante da Língua oficial do País é impossibilitada de certos serviços porque não há quem possa traduzir para que eles sejam compreendidos na língua que dominam. Ndombele (2017, p.86) contextualiza esse fenômeno social a partir do exemplo de duas grandes operadoras de telefonia móvel de Angola (Unitel e Movicel), que garantem cobertura até em algumas zonas rurais, onde não há presença da língua portuguesa, no entanto, oferece os serviços em língua portuguesa e em línguas estrangeiras. Neste caso, afirma que o país deveria co-oficializar as línguas angolanas com maior número de falantes.

É evidente que a diversidade linguística está diretamente ligada ao sistema educativo angolano e, de certa forma, é um fato condicionante no ensino e aprendizagem dos alunos, pois em várias zonas de Angola a população não tem a língua oficial do país como materna, fazendo com que os alunos frequentem as aulas sem ter o domínio da língua portuguesa. Contraditoriamente o artigo 17º do projeto de lei do estatuto das línguas nacionais afirma que “devem ser criadas condições, em todo território nacional, para que a língua materna do aluno

seja o meio pedagógico durante as três primeiras classes, quando os recursos humanos assim o possibilitarem”, nos termos do artigo 9.º (Angola, 2011, p. 15).

Face a esta situação, trazemos a título de exemplo a situação que ocorre no município de Maquela do Zombo, um dos Municípios da província do Uíge a região norte de Angola, que convive com as línguas kikongo, português, kimbundu e a língua Lingala que é transfronteiriça. Isso faz com que a aprendizagem da língua oficial não se efetive nos sistemas de ensino devido à interferência das línguas maternas.

Assim sendo, Nzau e Sardinha (2009, p.218) também destacam a necessidade de implementação do bilinguismo de forma equilibrada, ainda que não inclua todas as línguas, mas pelo menos as mais divulgadas. Segundo os pesquisadores, o sucesso dessas línguas requer a implementação de uma política linguística dinâmica com objetivos e estratégias bem definidas, que passa pelo reconhecimento da diversidade cultural e linguística de Angola, institucionalização do ensino bilíngue e apostar na investigação sobre línguas nacionais e do português. Bem como pressupõe a elaboração de um plano coordenador de ensino de língua nacional de origem africana predominante na zona onde a escola estiver inserida.

Assim sendo, é necessário que se desenvolvam mecanismos adequados à formação e recrutamento de professores de línguas capazes de educar para o direito à diferença e para abertura universal, formação de professores que eduquem para a tolerância, respeito pelos outros e para o pluralismo cultural (Nzau; Sardinha, 2009, p. 219).

Sabe-se também que, quem traça as políticas linguísticas do país é o estado, portanto, cabe às entidades governamentais querer promover as línguas nacionais de Angola como forma de inclusão dos alunos que as têm como língua primeira, como forma de preservação da cultura e identidade de um povo. Para isso é preciso promover uma forte política linguística em Angola. Para isso é preciso:

[...] verificar se os programas concebidos para as escolas de ensino regular são regularmente direcionados para os alunos que apresentam conhecimento da língua utilizada em contexto de sala de aula. Em muitos dos casos essa língua pode ser aperfeiçoada a partir do jardim-de-infância e pré-escolar, níveis iniciais de escolaridade. Ao contrário, as crianças que procedem de comunidades étnicas afastadas da convivência com a língua utilizada na escola enfrentam, pela primeira vez, novos paradigmas e novos conceitos que o meio escolar lhes apresenta: a finalidade da escola, os manuais, a leitura e a escrita, utilidade dos números e a adaptação à nova rotina que a escola exige (Davis, 1979 *apud* Chicumba, 2019, p. 61).

Chicumba (2019, p.61) ressalta que uma das finalidades da educação bilíngue em Angola é de proporcionar uma boa qualidade no ensino, bem como alargar as chances de

educação dos grupos linguísticos excluídos, auxiliando os alunos que não tem domínio da língua oficial utilizada no ensino.

Nesta perspectiva, a educação bilíngue é uma forma de promover uma educação de qualidade e equitativa, bem como uma educação que respeite os direitos linguísticos em relação a outros grupos linguísticos e culturais. Os programas de educação bilíngue oferecem uma educação geral, ensinam em duas ou mais línguas, desenvolvem múltiplos entendimentos sobre as línguas e as culturas e promovem o respeito pela diversidade humana” (Chicumba, 2019, p.73).

Há necessidade de o estado e a sociedade em geral compreender a finalidade e os benefícios da inserção de uma educação bilíngue em Angola. Tal como o autor aponta, há necessidade de incluir as línguas nacionais na educação angolana e, como resultado, será a transmissão de confiança na sociedade, fazendo com que tenham uma educação de qualidade e inclusiva através das línguas. Desta forma serão transmitidos os valores culturais deixados pelos nossos ancestrais as gerações mais novas (Chicumba, 2019, p.81).

Por sua vez, Garcia (2010 *apud* Chicumba, 2019) afirma que um dos empecilhos para a adoção de um ensino bilíngue em Angola é a questão da capacitação de docentes com conhecimento e domínio fluente das línguas de ensino.

Nesse sentido, o Departamento de Ensino de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), tem feito vários esforços para formar profissionais como uma forma de sanar a escassez de professores que poderão atuar no ensino bilíngue. É evidente que estes estudantes com domínio fluente de uma língua nacional não são tidos, nem achados, logo a necessidade de o estado rever as políticas de inserção das línguas nacionais no sistema de educação fazendo um levantamento de quantos estudantes já foram formados desde a implementação do Departamento.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é de cunho etnográfico com abordagem qualitativa. Tendo como instrumentos metodológicos: entrevistas semiestruturadas, levantamento Documental do projeto político da licenciatura no ISCED, legislações, entre outros elementos....

Trata-se de uma abordagem metodológica reflexiva que, segundo Franco (2003, p. 193), caracteriza-se fundamentalmente por adotar uma “postura crítica que organiza a dialética do processo investigativo; que orienta os recortes e as escolhas feitas pelo pesquisador; que

direciona o foco e ilumina o cenário da realidade a ser estudada; que dá sentido e redireciona as abordagens do pesquisador; que organiza enfim a síntese das intencionalidades da pesquisa”. Esse modelo dialético pressupõe, fundamentalmente:

[...] incorpora-se o caráter sócio-histórico da dialética da realidade social, compreendendo-se o homem como transformador e criador de seus contextos. O princípio básico dessa concepção é que a condição para compreensão do conhecimento é a historicidade e que a realidade se constitui num processo histórico, a cada momento, por múltiplas determinações, fruto das forças contraditórias que ocorrem no interior da própria realidade (Franco, 2003, p. 199).

Sendo assim, realizaremos a pesquisa bibliográfica, através de leituras de obras de alguns autores que discutem acerca do tema em causa e análise do PPC do Departamento de LLA.

Lakatos e Marconi (2003, p.183) afirmam que a pesquisa bibliográfica engloba todas obras que já foram publicadas e que vão de encontro com o nosso tema. Corrobora com o que Severino (2007) aponta, por ser de sua natureza, o tipo de abordagem metodológica que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, bem como em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. Segundo o autor, “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2007, p. 122). Partindo das indagações iniciais que vem nortear nossas reflexões durante o percurso desse projeto, nos baseamos em Minayo (2012, p. 623), ao argumentar que:

[...] A definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído. [...] Qualquer investigação nada mais é do que a busca de responder à indagação inicial. [...] Para tornar o objeto um construto científico é preciso investir no conhecimento nacional e internacional acumulado, dialogando com ele ou em torno dele.

Também faremos uso da metodologia da pesquisa documental, neste caso analisaremos detidamente o Projeto Político Pedagógico do Departamento de Ensino de Línguas e Literaturas Africanas (ISCED) para, a partir de sua abordagem, discutirmos e problematizarmos a formação de professores para o ensino das línguas maternas. De tal modo, também compreende a pesquisa documental, o estudo analítico de materiais pedagógicos elaborados pelo Departamento para o ensino plurilíngue, bem como a análise do Projeto de Lei sobre o estatuto das línguas nacionais

(Angola, 2011). Por conseguinte, a metodologia documental, nos permite fazer o levantamento do quantitativo de discentes formandos pelo DLLA.

Realizaremos também a pesquisa de campo fazendo uso da técnica da entrevista com perguntas abertas e semiabertas, que será realizada por via google formulário, google Meet WhatsApp. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.186-187) essa abordagem nos ajudará a ter um conhecimento mais aprofundado sobre o nosso tema, no esclarecimento da hipótese levantada no trabalho. Pois este tipo de pesquisa visa a recolha de informações sobre uma população, utilizando assim a entrevista, questionário e os formulários.

Segundo Minayo (2012) é preciso ir à campo munido de teoria e hipóteses, mas aberto para questionar a realidade social. Portanto:

É preciso imergir na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial. [...] Num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações. [...] Em resumo, o trabalho de campo não é um exercício de contemplação. Tanto na observação como na interlocução com os atores o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico (Minayo, 2012, p. 623-624).

Quanto aos participantes, serão entrevistadas dez pessoas, cinco professores do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, cinco egressos do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas. Para contemplar essa parte da pesquisa, será elaborado um roteiro de questões referentes ao objeto de estudo.

6 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2024		2025	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Revisão do projeto	X	X		
Levantamento bibliográfico			X	X
Organizar a estrutura do artigo			X	X
Apresentação do projeto revisado			X	
Preparo do roteiro e coleta de dados			X	
Aplicação do roteiro de entrevista			X	
Análise de dados coletados				
Elaboração e redação do trabalho				X
Revisão e redação final				X
Entrega do artigo				X
Defesa do artigo				X

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*, 2010.
- ANGOLA. *Projecto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais*. Ministério da Cultura. República de Angola, Luanda, agosto de 2011.
- CA, Virginia Jose Baptista. *Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau*. 2015.
- CHICUMBA, Mateus Segunda. *A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais*. 2019. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.
- FERNANDO, Mbiavanga. As línguas no sistema de educação e ensino: Avanços e resistências. In: NGULUVE, Alberto Kapitango; ISAAC, Paxe; FERNANDO, Mbiavanga (Orgs.) *A lei de bases do sistema de educação e ensino: Debates e proposições*. Luanda: Literacia, 2020.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. A metodologia de pesquisa educacional como contrutora da práxis investigativa. *NUANCES: estudos sobre educação* – ano IX, v.09, 9/10, jan./jun. e jul./dez. 2003.
- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA, 2023. Disponível em: <https://isced.ed.ao/departamento-de-literaturas-africanas/>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3):621-626, 2012.
- MUFWENE, Salikoko S. Prefácio: Língua Portuguesa em África. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 9-11, 2017.
- NDOMBELE, Eduardo David. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 71-89, 2017.
- NDOMBELE, Eduardo David; BONIFÁCIO, Evangelina. A situação sociolinguística de Maquela do Zombo (Angola): perspectivas e desafios para o ensino de português em contexto triglossico: simo solimi lwenhlalo yabantu sase-Maquela do Zombo (Angola): Imibono nezinsalelo Zokufundisa kwesiPutukezi esimweni se-Triglossic. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. v. 2, n. Especial I, p. 255-269, 2022.
- NZAU, Domingos; SARDINHA, Maria da Graça. Multilinguismo e direitos linguísticos: o direito à diversidade linguística (O caso de Angola). *Direito, Língua e Cidadania Global*. 2009. p. 209-22.

PEDRO, João Domingos; KATALA, Celestino Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino formal angolano. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA) | Vol.2, no 1 | p.537-556 | jan./jun. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.